

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº _____/2017.

(Do Sr. Givaldo Vieira e Paulo Teixeira)

Requer a realização de audiência pública para discutir os efeitos do corte orçamentário no Ministério das Cidades sobre o Programa Minha Casa Minha Vida.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, audiência pública, para debater os impactos do anunciado corte orçamentário no Ministério das Cidades sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Além de um representante do Ministério das Cidades e do Fórum Nacional das COAB's, do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, pretende-se contar com representantes de movimentos sociais ligados à questão da moradia, trabalhadores e pesquisadores sobre a temática.

JUSTIFICATIVA

Dados estatísticos sobre o Déficit Habitacional Brasileiro, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com o Ministério das Cidades, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), indicava, em 2014, um déficit habitacional, da ordem de 6,198 milhões de famílias.

Por sua vez, dados preliminares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, de 2015, apontam um crescimento anual de cerca de 30% dos lares afetados pelo alto comprometimento da renda com pagamento do aluguel. Ou seja, 3,8 milhões de moradias enfrentam esse problema, e esse dado indica agravamento no déficit habitacional.

Não bastasse isso, os dados mostram também que, entre 2013 e 2015, houve redução de cerca de 400 mil unidades na produção de novos domicílios, quando comparado com os cinco anos anteriores, que foram de avanço. Esse processo de redução continuou em 2017, ameaçando a reversão da estabilidade alcançada nos últimos anos em relação ao déficit habitacional.

Segundo a Fundação João Pinheiro, quase 85% das famílias que figuram no indicador que mede o déficit habitacional ganham até três salários mínimos. Assim, fica claro que são os mais pobres os que mais sofrem com a baixa produção de moradias com subsídio público e com o gasto excessivo com aluguel, num contexto em que a renda está em queda.

Além de um déficit habitacional já elevado, que impacta sobremaneira a vida dos cidadãos de baixa renda, estamos vivenciando ameaça muito concreta de destruição do único programa de nível nacional que enfrentou o problema da habitação no país, de forma séria e com impacto positivo para o setor de construção civil. Cortes orçamentários sobre programas que auxiliam na geração de empregos e na melhora da qualidade de vida do cidadão e da economia deveriam ser evitados ou avaliados adequadamente, justamente por seu impacto positivo na economia.

Diante das dúvidas geradas com o anúncio de cortes e da paralização em unidades já contratadas, pareceu-nos adequado e urgente que se discuta o problema. Neste sentido, pedimos apoio aos Nobres colegas para que possamos aprovar este requerimento.

Sala da Comissão, em de setembro de 2017.

GIVALDO VIEIRA
Deputado Federal PT/ES

PAULO TEIXEIRA
Deputado Federal PT/SP